



Reconsiderações Historiográficas sobre a Teoria do Sigilo de Jaime Cortesão

Daniel Vecchio Alves¹

Resumo: O presente estudo realiza uma breve análise acerca dos métodos históricos utilizados por Jaime Zuzarte Cortesão (1884-1960), procurando analisar sua interpretação referente aos processos intelectuais e políticos desdobrados no decorrer dos descobrimentos ultramarinos e da subsequente colonização lusitana. Para tal análise reconheceremos em sua base os quadros da história moderna europeia da primeira metade do século XX, em que a história era pensada com relação aos seus condicionantes naturais e às motivações de ordem econômica. Por fim, proporemos algumas readequações à importante teoria do sigilo de Jaime Cortesão, que tem sido apenas criticada negativamente por ser interpretada apenas na perspectiva de seu próprio contexto historiográfico. Para evidenciarmos suas potencialidades analíticas e explicativas, descentraremos suas linhas braudelianas e a tomaremos aqui nos parâmetros da historiografia cultural, em que as representações, os campos semânticos e os imaginários é que fundamentam a leitura das fontes.

Palavras-Chave: História Ultramarina. Historiografia Portuguesa. Interpretação. Semântica.

Historiographical Reconsiderations on the Theory of Sigil by Jaime Cortesão

Abstract: The present study makes a brief analysis about the historical methods of Jaime Zuzarte Cortesão (1884-1960), trying to analyze its interpretation regarding the intellectual and political processes deployed during the course of the overseas discoveries and the subsequent Portuguese colonization. For this analysis we will take as a basis the frameworks of the modern European history of the early twentieth century, where history was thought about its natural conditioning factors and economic motives. Finally, we will propose some adjustments to Cortesão's important theory of secrecy, which has only been criticized negatively. In order to demonstrate its analytical and explanatory potentialities, we will decentralize its Braudelian perspectives and take it here along the lines of the cultural historiography, in which representations, semantic and imaginary fields are the basis for the interpretation of records.

Key-Words: Overseas History. Portuguese Historiography. Interpretation. Semantic.

Jaime Cortesão entre Exílios e Sigilos Historiográficos

O presente estudo realiza uma breve análise acerca dos métodos históricos utilizados por Jaime Zuzarte Cortesão (1884-1960), procurando balancear sua investigação referente aos processos intelectuais e políticos desdobrados no decorrer dos descobrimentos ultramarinos e da subsequente colonização lusitana intercontinental.

Para tal análise reconheceremos em sua base os quadros da história moderna europeia da primeira metade do século XX, em que a história era, predominantemente, pensada com relação aos seus condicionantes naturais e às motivações de ordem econômica. Por fim, proporemos algumas readequações à importante teoria do sigilo de Jaime Cortesão, que tem sido apenas criticada negativamente. Na tentativa de evidenciarmos suas potencialidades analíticas e

¹ Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).



explicativas, descentraremos suas perspectivas braudelianas e a tomaremos aqui nos moldes da historiografia cultural, em que as representações, os campos semânticos e os imaginários fundamentam a interpretação dos registros.

Por apresentar devidamente o estudioso cuja obra estaremos prestes a investigar, comecemos por esclarecer que Jaime Cortesão nasceu nas cercanias de Coimbra no ano de 1884 e teve uma trajetória intelectual bastante significativa dentro e fora de Portugal. Cortesão era médico, poeta, dramaturgo, desenhista, republicano, combatente da Primeira Guerra², historiador e cartólogo, ou seja, muitas foram as suas áreas de atuação, todas “intimamente ligadas a um movimento amplo de orientação à República em seus primeiros passos” (RIBEIRO, 2015, p. 13).

Quando em agosto de 1914 eclodiu a Primeira Grande Guerra, já formado em medicina, Cortesão iniciou, por meio das revistas *A Águia* e *Vida Portuguesa*, uma campanha a favor da entrada de Portugal na guerra. Sua defesa sai do papel quando se alista como voluntário na guerra, iniciando o seu estágio num hospital de Lisboa. Em 1917, partiu para a França, onde ficou num posto de retaguarda. Todavia, pediu para ser enviado para a frente de combate, e foi colocado no batalhão da infantaria 23, ficando a cargo do posto de socorros (GRAÇA, 2012). A 21 de março de 1918, sua infantaria é atacada pelos gases e, “pela sua conduta heróica, é louvado pelo comandante do regimento, André Brun, e ganha a Cruz de Guerra” (GRAÇA, 2012, p. 36).

Porém, pouco tempo depois do seu regresso da guerra, Jaime Cortesão é preso devido a sua oposição contra os sidonistas no poder. Após o assassinato de Sidónio Pais, acaba por ser libertado. Tal desfecho negativo parece ter ficado para trás quando a 5 de abril de 1919 é nomeado como diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa, uma nomeação proposta por Raul Proença. No entanto, sua permanência em Lisboa, na direção da Biblioteca Nacional, constituiu ocasião para liderar um novo e fecundo projeto cultural, a *Seara Nova*, mais uma vez acompanhado por Raul Proença. A eles se juntaram também Aquilino Ribeiro, António Sérgio, Augusto Casimiro, Faria de Vasconcelos, Ferreira de Macedo, José de Azeredo Perdigão, Câmara Reys, José Leite Vasconcelos, entre outros³.

² Lutador voluntário, serviu como capitão-médico na Primeira Guerra Mundial, sendo ferido pelo ataque de armas químicas no terrível frente de Ypres, onde o Corpo Expedicionário Português foi praticamente aniquilado.

³ Em seu primeiro ciclo de publicações, até 1926, a revista *Seara Nova* foi pautada pela “definição doutrinária, crítica sistemática aos ‘males da República’, intervenção política pontual e denúncia do perigo fascista. Censurada durante alguns meses entre 1926 e 1927, a *Seara* viveu um segundo ciclo até o ano de 1939, marcado pela oposição à ditadura vigente, quando muitos dos *seareiros* estavam exilados, entre eles Jaime Cortesão, por ter participado do



Não à toa coube a esse grupo intelectual explorar as políticas dos descobrimentos, enxergando nas atitudes dos monarcas e navegantes do Renascimento o que faltava naquele momento à nação lusa. Tal direcionamento visava, sobretudo, comprovar a importância e o pioneirismo dos portugueses na empresa colonizadora frente à concorrência europeia, dando, assim, destaque a questão geográfica e territorial na história os descobrimentos. Todavia, a produção dos searistas pareciam dar uma alternativa crítica ao que se publicava na época, sofrendo muitas censuras por parte da ditadura militar, o que fez com que “em 3 de fevereiro de 1927, Jaime Cortesão estivesse à frente da Junta Revolucionária do Porto” (GRAÇA, 2012, p. 37).

Perante o esmagamento da revolta, Cortesão pediu a demissão do cargo de diretor da Biblioteca Nacional, iniciando um extenso período de exílio. Após toda essa empreitada política e intelectual, a Jaime Cortesão só restava o caminho do exílio. Um longo exílio que se estendeu por grande parte do período do Estado Novo português, e que o levou, primeiramente, às terras de Espanha e França, onde vivera exilado até 1940. No exílio espanhol, trabalhou sobretudo no Arquivo de Índias e preparou aulas que lecionava em Sevilha.

Ficava a seu cargo um estudo de caráter original acerca da atuação dos portugueses para o volume sobre os descobrimentos geográficos: *Los Portugueses*, que foi publicado originalmente em português nas Obras Completas de Jaime Cortesão lançadas por Joel Serrão e Vitorino de Magalhães Godinho na década de 1960, com o título Os Descobrimientos Pré-Colombinos dos Portugueses (1966). Ainda na Espanha, se enfileirou na Guerra Civil contra os partidários de Franco, atravessando a fronteira francesa somente nos derradeiros dias da luta, com seus manuscritos debaixo do braço, quando fugiu para França, perseguido pelas tropas nazistas.

Durante a etapa francesa de seu exílio, Cortesão esteve próximo das inovações no campo da historiografia, área da qual se tornava íntimo ao mesmo tempo em que dava prosseguimento às suas atividades políticas de oposição ao governo português. A pesquisa histórica nos arquivos franceses, belgas e espanhóis e a publicação de textos na imprensa (via Seara Nova) ou em reuniões acadêmicas era a principal, quando não a única possibilidade de continuar sua luta e manter o contato com a sua pátria. [...]. Em meio a esses eventos, Cortesão fala do “Portugal dos Descobrimientos”, tema que sua condição de exilado o permite explorar: “Tenho aproveitado o

levante de 1927.



meu exílio em trabalhar na minha obra sobre os Descobrimentos dos portugueses. As minhas investigações no estrangeiro dilataram muito o meu horizonte sobre este capítulo da História, que creio poder reescrever em bases novas” (RIBEIRO, 2015, p. 39-40).

Trata-se de um destino triste para quem desde cedo se voltou às questões nacionais, mas, talvez um destino necessário para quem se propôs a estudar o Portugal das descobertas, com o rigor que exigia a confrontamento das variadas fontes documentais espalhadas mundo a fora, e segundo métodos interpretativos que as novas escolas europeias iam inaugurando, particularmente a dos *Annales*, que surgira a partir de 1929, pela mão de Lucien Febvre, Marc Bloch e, posteriormente, por Fernand Braudel.

Sua Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses, por exemplo, juntamente com A Geografia e Economia da Restauração, ambas publicadas nos cadernos da Seara Nova em 1940, trazem essa ideia de um método histórico próprio para a investigação dos descobrimentos ultramarinos, uma questão que fora amadurecendo ao longo das comunicações e trabalhos que desenvolvera ao longo das décadas de 1920 a 1950. Essa Teoria Geral, por sua vez, baseia-se numa investigação histórica assentada em duas premissas básicas: a abordagem econômica e o condicionamento do meio geográfico. Ao lado disso, “segue outra preocupação metodológica de cunho mais heurístico, em que se sugere uma nova abordagem dos descobrimentos a partir de uma análise que se supõe mais crítica das fontes já existentes” (PERUZZO, 2017, p. 11).

Quanto a ênfase dos aspectos geográficos e econômicos na compreensão da história dos descobrimentos, digamos que Cortesão começou a desenvolver aquilo que mais tarde Fernand Braudel batizou de “Geo-história” (1983). Boa parte da sua inspiração certamente passou a vir também de geógrafos importantes como Paul Vidal de La Blache, que em 1903 publicara o primeiro tomo da sua extensa História da França, em que se questiona como foi possível um fragmento de superfície, que não constitui uma unidade geográfica com limites naturais, ter se tornado uma pátria e um Estado, rompendo, portanto, com pressupostos de um determinismo físico bastante hegemônico até então⁴.

O que se propunha era uma visão estrutural, devendo-se então considerar o objeto em sua

⁴ “La Blache e outros precursores da Geografia Humana anteciparam os historiadores, colocando problemas mais pertinentes a partir do ponto de vista da ciência social, como o da relação entre as sociedades e o meio físico e biológico em que se situam. A geografia teria então aberto um grande campo para os estudos de economias e sociedades, recortando o seu objeto de estudo pela definição de um espaço” (PERUZZO, 2017, p. 14).



“problemática fundamental, a dialética espaço-tempo” na visão global de uma “geo-história”, que considerasse não somente a vastidão espacial do objeto, mas sua temporalidade específica. Como o próprio Braudel se refere, “delimitar é definir” e um objeto como o Mediterrâneo transborda seu espaço e tempo, enquadrando-se em um tempo geográfico, uma história quase imóvel, a chamada “longa duração” (BRAUDEL, 1976)⁵.

Assim, com La Blanche e Braudel, Cortesão aprendeu que captar o meio em sua permanência, não significa tratar a geografia como mera descrição do ambiente físico, ou seja, um meio estático, imutável e inerte, como tantas vezes era retratado nos capítulos iniciais dos livros de história, mas antes, reconhecê-lo enquanto realidade estrutural e estruturante do processo histórico. Dessa forma, Braudel escreve logo no início da primeira parte de *O Mediterrâneo*, parte que se intitula “O Meio”, a seguinte observação: “Daí que as circunstâncias tenham concorrido para fazer surgir, através do espaço e do tempo, uma história ao retardador, [...]. Neste jogo, a geografia deixa de ser um valor em si mesma para se tornar um meio, ajudando a reencontrar as mais lentas das realidades estruturais, e a organizar uma perspectivação segundo uma linha do mais longo prazo” (BRAUDEL, 1983, p. 33).

A propósito, trata-se da mesma orientação intelectual das lições programadas para o Itamaraty, um curso de história da cartografia, campo que sempre foi uma auxiliar da política e ligada, pois, a geografia política de linha francesa, o que Cortesão faz questão de explicitar e citar com frequência. Essa perspectiva fica muito latente num de seus últimos trabalhos publicados, *Os Descobrimientos Portugueses* (1958-60), em que critica as investigações históricas sobre os descobrimentos que não levam em conta dialeticamente os fatores humanos e naturais.

Tal fator geográfico-histórico, que pode ser considerado uma constante de toda sua obra, “é o ponto de suporte para ajudar a perceber o problema da unidade de um determinado corpo social e o desfecho de alguns processos, mas não os garante. Se a pressão do condicionamento geográfico cerceia as margens de um percurso histórico, ela só pode tornar-se funcional quando depara-se com a ação dos sujeitos humanos” (PERUZZO, 2017, p. 18).

⁵ Semelhanças entre Cortesão e Braudel também são percebidas na abordagem econômica a história. Não obstante afirmar que os fatores econômicos estão fundamentalmente na base de todas as formas que tomou a política do segredo em relação com os descobrimentos, ele reforça, essa dimensão, sem ceder ao determinismo econômico. Mesmo que o passado não se explique apenas pelos fatores econômicos, pois damos lugar de importância e relevo às causas espirituais, ambos reconhecem que aqueles são o primeiro móbil e fundamento das ações humanas.



Assim, não se privilegia impunemente, nos trabalhos de Cortesão, a série dos fatos chamados econômicos. Na verdade, ele tenta evitar um ‘economismo’ insinuante, tendendo à geo-história nos termos de Braudel, comungando com ele da mesma sintonia analítica, ou seja, a busca por uma história em que os homens vivenciam o atrito do espaço e a resistência do meio geográfico. Tal vivência obriga os homens a perceber o quanto são limitados e condicionados por estruturas objetivas e subjetivas derivados das “circunstâncias econômicas, sociais e das forças políticas, tratando-se, portanto, de uma história estrutural que vislumbra as diversas dimensões humanas de seu objeto [...], ou seja, uma história onde a dialética entre os sujeitos e o meio tende a pautar os ritmos dos processos históricos” (PERUZZO, 2017, p. 19).

Contudo, em junho de 1940, a ocupação total do território francês pelas tropas alemãs o compele a interromper essa fase de estudo para regressar a Portugal. Detido logo na chegada à fronteira de seu país natal, Cortesão é mantido “como preso político, sendo posteriormente banido para o Brasil, a enfrentar mais uma vez o exílio, desta vez por longos anos” (PEIXOTO, 2015, p. 47)⁶. Esse novo exílio que durou, cerca de dezessete anos, visto que Cortesão só regressa definitivamente a Portugal no ano de 1957, acabou por ser o lugar onde escreveu as páginas mais definitivas e universais da sua obra histórica.

Nos respectivos exílios por quais passava, além de acessar a história nos arquivos e nos mapas conservados, percebia que museus e exposições também poderiam ser um caminho muito proveitoso para animar a consciência de sua nação. Desse modo, mesmo longe da pátria, “seu projeto era fazer renascer Portugal” (RIBEIRO, 2015, p. 206). Desde o momento do seu desembarque no Rio de Janeiro, Cortesão marcou presença nos meios acadêmicos e na imprensa carioca e paulista, publicando estudos nos prelos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Exemplo disso, é que no dia 12 de fevereiro de 1944, “a Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil enviou a Jaime Cortesão uma proposta de contrato para a investigação da documentação do Itamaraty e como Assessor da Mapoteca respectiva” (OLIVEIRA, 2010, p. 3). Na explicação de seu novo plano de trabalho, Cortesão procura situar os descobrimentos precedentes dos portugueses no plano de uma teoria geral a ser aplicada à história dos descobrimentos geográficos.

⁶ “Durante a prisão na PIDE, a polícia do regime salazarista, Jaime Cortesão ficou detido durante quatro meses, primeiro no Forte de Peniche e depois no Aljube de Lisboa” (GRAÇA, 2012, p. 39).



Porém, veremos na próxima parte, que toda essa mudança de perspectiva historiográfica não evitou que Jaime Cortesão continuasse a usar o discurso histórico não somente para promover um conhecimento mais científico sobre o passado, mas, sobretudo, para estabelecer uma narrativa de defesa e superiorização dos portugueses frente a outras nações europeias na história do ultramar. Como ocorrera a Jaime Cortesão e a outros intelectuais da Seara Nova, a história dos descobrimentos atraiu historiadores ligados à oposição política ao Estado Novo, que tiveram de se exilar, mas que revelam nas suas investigações fascínios próximos aos de uma historiografia conservadora e nacionalista, não obstante os diversos avanços metodológicos detectados nos estudos históricos.

Apresentação das Teses acerca do Sigilo Cronístico no Século XV

Durante seu prolongado exílio no Brasil, Jaime Cortesão trabalhou intensamente em instituições do governo brasileiro, se dedicando primeiramente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e, posteriormente, ao Ministério das Relações Exteriores e ao Instituto Rio Branco. Nesses espaços, o historiador se dedicou à cartografia e à diplomacia, assim como à investigação de documentações inéditas como os Manuscritos da Coleção De Angelis, documentação essa que se refere a indígenas, bandeirantes e jesuítas espanhóis em zonas disputadas pelas duas coroas ibéricas na grande região da bacia do Prata⁷. Desta forma, o historiador se especializava em “áreas que eram estratégicas para política nacional e que iam ao encontro de diversas das intenções do Estado Novo brasileiro, tanto na integração territorial do país quanto na proteção das fronteiras dos interesses estrangeiros” (RIBEIRO, 2015, p. 14-15).

Jaime Cortesão receberia o encargo da realização de uma obra sobre História do Brasil nos velhos mapas, encomendada pelo Instituto Rio Branco, pouco depois de terminar os cursos de história da cartografia que ofereceu aos diplomatas do Itamaraty. Além disso, em 1952, Jaime Cortesão foi nomeado para dirigir a organização da “Exposição Histórica de São Paulo dentro do quadro histórico do Brasil”, no âmbito das comemorações do IV Centenário da fundação da cidade de São Paulo (1954-1955). O convite para organizar tal exposição comemorativa pode ser visto como o centro de uma segunda etapa de sua produção brasileira, na qual a história das bandeiras e dos bandeirantes ganham relevo com a sua obra Introdução à história das Bandeiras

⁷ Os cursos oferecidos por Cortesão nessas instituições deram origem a algumas de suas obras, como a encomendada para assinalar os dois séculos da assinatura do Tratado de Madri, Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1950), publicada sob o selo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.



(1975).

Além de legitimar o próspero presente paulistano ao criar e idealizar o mito bandeirante, que vinha sendo alimentado desde as primeiras décadas do século XX pelos historiadores e instituições locais, essa obra evidencia o louvor de Cortesão à ação colonial, geradora de uma “aliança luso-tupi” em forma de compadrio, desprezando uma historiografia que evidenciava a tirania dos portugueses em relação aos índios e índias.

São essas as ideias que Jaime Cortesão imprimiu na sua Introdução à história das Bandeiras, e, de forma mais explícita, nos textos que compõem o livro *O Humanismo Universalista dos Portugueses* (1965). Em todos esses textos vivificam-se as cores da tolerância étnica, da amabilidade e da acentuação da virilidade por parte dos portugueses. As teses lusotropicalistas, que animaram a produção intelectual de Cortesão colaboravam ao regime salazarista para converter cinco séculos de colonização em “cinco séculos de relações entre povos e culturas diferentes”, resultando numa sociedade colonial “plurirracial”.

Assim, estaria em curso a formação de um “terceiro homem” ou de uma “terceira cultura”, a luso-tropical. Entretanto, o luso-tropicalismo estava “mais interessado em compreender a atuação dos portugueses nos trópicos do que em entender o modo de vida dos africanos em face da experiência colonial portuguesa” (SCHNEIDER, 2013, p. 256). Esse caráter etnocêntrico do luso-tropicalismo, portanto, corrobora uma das mais conhecidas teses de Cortesão, a do humanismo universalista e franciscano que lançou as bases da aventura portuguesa da expansão: “Duas grandes correntes interiores percorrem e vivificam a literatura portuguesa, desde as suas origens até hoje: o espírito de aventura e o fervor lírico no amor, alargado à Natureza. Quando tentamos perscrutar-lhes as origens, perdemo-nos nas profundidades do passado (CORTESÃO, 1965, p. 13).

Os textos de *O Humanismo Universalista dos Portugueses* seguem, assim, no sentido de elencar os indícios de uma especificidade dos portugueses ao longo de sua história a partir da expansão e do contato com outros povos, de modo que Portugal teria criado cidadãos mundiais, nos quais supostamente daria sequência uma consciência global e unitária da humanidade. Na verdade, as ditaduras portuguesas sempre se empenharam na “criação de uma mística imperial e integracionista capaz de mobilizar os portugueses no sentido de orgulho e da defesa das colônias”, o que foi desenvolvido em diversas frentes, tais como os programas escolares, os



meios de comunicação e as grandes exposições. De acordo com essa política, Gilberto Freyre formulou essa ideia de uma “civilização luso-tropical”, definida como o resultado da interpenetração dinâmica entre a matriz cultural portuguesa e as condições ecológicas, culturais, materiais e étnicas da vida nos trópicos⁸.

Essa formulação, cada vez menos antropológica e sociológica, e mais ideológica, alcançou seu ápice em *O Luso e o Trópico* (1961), de Gilberto Freyre, publicado no âmbito da comemoração do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, evento realizado em Lisboa no ano de 1960. Tal mística nacionalista, que norteou toda a celebração da vida e dos feitos de D. Henrique, foi elaborada num momento em que o regime português se encontrava sob forte tensão política, inclusive por parte da ONU e da opinião pública internacional, a fim de exaltar os empreendimentos do primeiro e último império europeu na África. O evento tinha a função de convencer o mundo (e a própria sociedade portuguesa) acerca da excepcionalidade das relações coloniais na África, marcadas pela miscigenação e pela integração.

O evento celebrativo marca também a participação de Jaime Cortesão, no qual publicou um dos seus mais importantes estudos intitulado *A Política de Sigilo nos Descobrimentos*. Tal estudo tem por objetivo demonstrar a eficiente máquina política do Império Ultramarino Lusitano, que teria mantido em segredo as rotas, as técnicas de navegação e as fontes de riqueza. A sua linha de estudo não deixa de fazer parte do grande projeto salazarista de convencer o mundo dos benefícios da “eficiente” colonização portuguesa. Cortesão não se deu conta de que essa idealização luso-tropical, na qual se fundamentava para interpretar o passado heróico de Portugal, era uma das formas de provocar o mesmo sigilo histórico de outras épocas que combatia: “[...], haviam arrancado à massa dos heróis, pela simpatia selectiva, para moldá-los ao sabor das suas virtualidades mais íntimas, os protótipos que poderiam erguer-se à categoria de mitos nacionais” (CORTESÃO, 1965, p. 32).

Jaime Cortesão, como se encontrasse num patamar isento de segredos e omissões, considerava a política do sigilo uma prática usual dos grandes impérios marítimos de nossa

⁸ “Se antes de Gilberto Freyre, a mestiçagem era vista no Brasil como um problema a ser resolvido por meio do embranquecimento, após a publicação de *Casa Grande & Senzala* (1933) ela se torna um motivo de orgulho, ao ponto de se tornar uma expressão da democracia racial em que se transformara o Brasil. Eliminando os conflitos raciais presentes ou latentes, a mestiçagem, a partir da leitura de Freyre, foi operacionalizada por meio da formulação do luso-tropicalismo, uma aplicação a todo o mundo lusófono das supostas relações raciais brasileiras. Ideologia essa, por sua vez, que foi apropriada e ressignificada pelo salazarismo, sustentando a política colonial portuguesa e defendendo-a das pressões internacionais” (RIBEIRO, 2015, p. 233).



história, inclusive do império luso. Esse sigilo consistiria numa vigilância estreita e censura da produção historiográfica e cartográfica, da construção dos navios, particularmente da caravela de que se teria proibido a venda para estrangeiros, dos roteiros, dos instrumentos de navegar, enfim, de tudo que revelasse o domínio técnico relativo à navegação.

Em função desse sigilo, publica-se alvarás, em que tanto D. João II quanto D. Manuel proibem, sob pena de perda de bens, que em qualquer carta de marear seja figurada a costa ocidental africana ao sul do rio do Congo, e igualmente proíbe a confecção de pomas ou globos. Tal medida “traduzia o empenho de impedir o conhecimento, fora da esfera oficial, da parte mais importante da rota da Índia, que havia sido há poucos anos sulcada por navios portugueses: importava ocultá-la a estrangeiros e nacionais não autorizados, a fim de assegurar o rico monopólio das especiarias orientais” (LEITE, 1958, p. 412).

É Jaime Cortesão que de fato assenta a hipótese da existência, do período joanino em diante, de segredo oficial em matéria de descobrimento, constituindo tal hipótese na tese da sua mencionada obra *A Política do Sigilo nos Descobrimentos*. Na verdade, sua hipótese assume maior amplitude, fazendo continuar a tese de Joaquim Bensaúde, que consiste na crença de que já o Infante D. Henrique cercava de mistério o seu audacioso plano da Índia: “O Infante liga o ideal religioso à revolução geográfico. Assim cristalizava em Portugal a ambição suprema da luta contra o Islam no Oriente; assim se fundou o Império Colonial dos portugueses” (BENSAÚDE, 1942, p. 14).

Desde então, “ter-se-ia gradualmente urdido no reino uma vasta teia de cerrado sigilo sobre os descobrimentos e processos de navegar, que atingiu perfeita organização sob D. João II, e merece ser qualificada de nacional, visto como nela cooperam activamente tanto governantes como governados” (LEITE, 1958, p. 412-413). Afirma ainda Jaime Cortesão que, quem ler as crônicas de Rui de Pina, vai se convencer de que a empresa marítima e colonizadora dos portugueses era um acidente mínimo na vida nacional: “[...] Rui de Pina, autor da Crónica del-Rei D. João II, não faz a menor referência à viagem descobridora em que Bartolomeu Dias dobrou o cabo da Boa Esperança” (CORTESÃO, 1960, p. 150). Assim, Cortesão conclui que os vigilantes da monarquia lusa, recorrendo à censura, eliminaram dos livros novos e antigos tudo quanto julgaram inconveniente conservar: “Com efeito, [...], da Crónica da Conquista da Guiné foram eliminados todos os capítulos que se referiam às partes do Oriente, nas suas relações com



os objectivos do Infante” (CORTESÃO, 1966, p. 152).

Sendo essa interpretação válida ou não, de qualquer forma temos de dar méritos à investigação executada por Jaime Cortesão, principalmente no que remete ao modo de como aliou a decifração objetiva dos pormenores representados nos mapas aos indícios obscuros e fictícios dos mitos, sendo “o alento de muitas das leituras contemporâneas que, fundadas numa observação algo ingénuas das propriedades espaciais representadas nos mapas, acabam por tratar os desenhos cartográficos como verdades imanentes – [...]” (OLIVEIRA, 2017, p. 26).

Ademais, em comparação aos mapas, Cortesão nos mostra que as crônicas não ficam devendo nada no que tange às matérias sigilosas dos registros históricos do ultramar. Mas, antes de tudo é preciso dizer que Jaime Cortesão acertou ao considerar os cronistas autores historiográficos dos descobrimentos e da expansão ultramarina portuguesa dos séculos XV-XVIII, pois “eles viveram a própria realidade que narraram, e as suas obras, a exemplo da Crónica dos Feitos de Guiné de Gomes Eanes de Zurara, a Crónica de El Rei D. João II de Rui de Pina, a Ásia de João de Barros, o Tratado dos Descobrimentos de António Galvão etc., devem ser consideradas como fontes, e não como estudos” (MARQUES, 1992, p. 440).

Além disso, Cortesão afirma que as crônicas podiam desempenhar uma função importante nos debates internacionais sobre as conquistas ultramarinas, e, por isso mesmo, ficaram sujeitas à censura prévia desde o início dos descobrimentos. Julga o mesmo historiador possível fixar uma data para o início dessa política diplomática rigorosa, o ano de 1454, marcando, assim, o início da fase censora aplicada a documentação. A matéria que lhe serve de base a essa interpretação é constituída pelos próprios textos da Crónica da Guiné, de Gomes Eanes de Zurara, durante o período henriquino e das crônicas de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II, de Rui de Pina, durante o período joanino.

Jaime Cortesão tem total convicção de que havia um real interesse em que as crônicas dissessem o menos possível sobre as questões do Ultramar. Por isso, na sua leitura, esses dois cronistas se prestaram à tarefa de fazer desaparecer das suas crônicas tudo a respeito dos descobrimentos que ainda não convinha ser revelado antes do Tratado de Tordesilhas assinado em 1494. Cortesão afirma que o texto do códice parisino da Crónica da Guiné de Zurara, está mutilado e desconexo: “Deturpada já no original, foi possivelmente sujeita à censura do Infante que eliminou dela tudo o que ainda não convinha revelar-se” (PIMPÃO, 1938, p. 18).



Baseado neste fato, Cortesão explorou os possíveis eventos que teriam sido eliminados: as viagens por terra ao Prestes João e à Índia, o descobrimento dos arquipélagos atlânticos, as viagens de Diogo de Teive para o ocidente dos Açores e o descobrimento do Brasil antes de 1448 (CORTESÃO, 1960). Ainda segundo Cortesão, houve muitas outras omissões e mutilações dessa crônica, como nas partes em que foram eliminados não só informes da geografia comercial do noroeste africano, mas capítulos sobre o Oriente, informações de importância para se ajuizar dos planos henriquinos. Duarte Leite reconhece que essa e outras faltas são deficiências e negligências do cronista, mas convertidas por ele, Cortesão, em “deturpações propositais” de uma política de segredo (LEITE, 1958, p. 447).

No caso de Rui de Pina, ele teria reescrito a Crônica de D. Duarte e D. Afonso V de seus antecessores, e escrito a Crônica de D. João II, apagando delas tudo o que pudesse informar mais especificamente sobre as últimas empresas marítimas em curso: “Na Crônica de D. Duarte, de Rui de Pina, não se fala de descobrimentos; na de D. Afonso V, do mesmo cronista, apenas um capítulo, como já observava Damião de Góis, se refere muito ligeiramente a essa empresa; e na de D. João II, pelo mesmo cronista, continua a mesma escassez de notícias, a ponto de se calarem totalmente as viagens [...]” (CORTESÃO, 1966, p. 88). Assim, teriam desaparecido muitos fatos relativos aos descobrimentos, sendo o cronista “tão culpado como se diz, porque se teria limitado a emendar as obras dos antecessores, cumprindo ordens del-Rei” (PIMPÃO, 1938, p. 8).

Segundo Jaime Cortesão, é D. João II, o Príncipe Perfeito, que remata com geniedade a política do segredo, que pelas suas interpretações se manteve durante meio século, isto é, desde a tomada de Ceuta em 1415. A política do sigilo era um meio necessário para o monopólio da navegação das estradas marítimas, rotas essencialmente comerciais: “Era esse o objetivo que importava tornar secreto, tanto mais que se pretendia violar dois monopólios já estabelecidos, o de Veneza e do sultanato mameluco do Egito, e frustrar a vigilância e as ambições de Castela” (CORTESÃO, 1940, p. 35). Estas coordenadas integra-as Jaime Cortesão no plano ultramarino criado desde o infante D. Henrique, reduzido a duas pedras fundamentais: a destruição do Islão nas fontes do seu poderio (finalidade católica, isto é, ecumênica) e a substituição do seu monopólio no tráfego oriental (objecto estritamente português).

Portanto, a primeira forma sigilosa de proteger e ocultar os descobrimentos encontra-a



Cortesão nos tempos do infante D. Henrique, mais precisamente na “legislação que proibia vender caravelas a estrangeiros”, e a segunda, na admissão cautelosa de técnicos de tráfico de certos produtos, segregando-os da parte náutica, principalmente das cartas de navegar, apresentando a participação dos estrangeiros sob vigilância rigorosa. Esse e outros aspectos administrativos teriam sido aperfeiçoados durante o reinado de D. João II, política de segredo que teria possibilitado que Portugal entrasse no século XVI com a posse das maiores fontes de riqueza até então conhecidas.

Os Sigilos da Teoria do Sigilo

Todos os acontecimentos investigados por Jaime Cortesão, dentre aqueles que foram até aqui sucintamente apresentados, culminaram em sua teoria do sigilo, justificando, com isso, o silêncio em torno dos descobrimentos pré-colombinos dos portugueses. Muitos rejeitaram as interpretações de Cortesão sobre tal política lusitana do sigilo aplicada durante os séculos XV e XVI. Para uma parcela de críticos, essa formulação teórica tinha como base um raciocínio ahistórico: “quando não havia documentos, encontrava-se a ‘prova’ do sigilo. Logo, todas as realizações imputáveis ao abrigo desta teoria não careciam de verificação documental – porque, por natureza, a não havia. [...], é como se se partisse do princípio de que a falta de documentação provava por si a realização de viagens secretas de descobrimento” (DOMINGUES, 1990, p. 110).

Investigações clássicas como as de Joaquim Bensaúde e Fidelino de Figueiredo legitimam as explicações fornecidas pela teoria do segredo. Bensaúde, em *A Cruzada do Infante D. Henrique* (1942), também recorria à política de sigilo para justificar a ausência de qualquer documento, provando assim a prioridade dos portugueses no descobrimento da América: “A reconstituição histórica dos descobrimentos marítimos tem sido um empreendimento longo e difícil, devido à escassez e, por vezes, à falta completa da documentação exigida pelo processos modernos da crítica e da investigação” (BENSAÚDE, 1942, p. 5). Fidelino de Figueiredo, por sua vez, afirma que “D. João II recusou os serviços de Colombo, porque já possuía informações relativas às terras do Ocidente mais positivas que as supostas pelo Almirante” (SOUZA, 1958, p. 269). Mas, se o rei detinha essa informação, por que não agiu de acordo, de modo a antecipar certos domínios? É a pergunta que fica dessas e outras conclusões.

Diante dessa e outras dúvidas levantadas, não demorou muito para que críticas a essa



teoria surgissem nos jornais e nos prelos editoriais. O primeiro e mais contundente dos críticos da tese de Jaime Cortesão foi o matemático, político e historiador Duarte Leite, cujos reparos consubstanciaram muito do que se disse sobre a política de sigilo. Primeiro Leite publica, no jornal *O Primeiro de Janeiro*, alguns artigos com o título de *O sigilo nacional dos Descobrimentos*, lançados entre 30 de julho e 2 de setembro de 1936, precedendo a obra de António da Costa Pimpão, *A historiografia oficial e o sigilo sobre os descobrimentos*, de 1938, obra da qual trataremos mais adiante. Em seguida, Duarte Leite publica novos estudos sobre o tema em *Coisas de Varia História*, de 1941, e, mais tarde, em *O Sigilo*, texto que compõe sua vasta *História dos Descobrimentos* (1958).

Em todos esses estudos mencionados, Duarte Leite critica severamente a referida teoria do sigilo de Jaime Cortesão, argumentando que:

[...] o autor não se amolda ali aos preceitos estabelecidos em História, pois além de se comprazer em conjecturas arriscadas e supérfluas, insiste em acertos duvidosos ou inexatos de anteriores escritos seus, e acrescenta-lhes outros ainda menos aceitáveis. Guiado pela ânsia, aliás louvável, de atinar com coisas inéditas em campo já respigado, e arrastado pela sua poderosa imaginação, abusa com frequência das hipóteses, arrimo por vêzes indispensável do passado remoto, convertendo-as em certezas: e acaba por nos oferecer uma teoria não histórica, *mas romantizada dos nossos descobrimentos*, à qual se pode aplicar, dum modo geral e sem lhe minguar o valor, o dito conhecido de Leibnitz: “contém coisas boas e coisas novas, mas as boas não são novas e as novas não são boas” (LEITE, 1941, p. 2).

Segundo o mesmo autor, o quadro apresentado por Cortesão é convincente e a princípio seduz o leitor, mas “examinado com vagar e sem ideia preconcebida, verifiquei ao cabo estar traçado sobre textos indevidamente invocados ou interpretados tendenciosamente, sobre factos de diverso significado, e por vezes sobre conjecturas fantasiosas” (LEITE, 1958, p. 417). Primeiramente, corrobora esse argumento o fato de terem havido muitos estrangeiros que colheram em Portugal os elementos que muito bem entenderam relativos às navegações, para depois os divulgarem a toda Europa:

[...]; vários mapas do século XV estavam perfeitamente de acôrdo com as descobertas portuguesas na África. O mapa de 1489 (ou no máximo de 1490) de Henricus Martellus Germanus já assinala a viagem de Bartolomeu Dias que só regressou no último mês de 1488. E o mapa de Cantino de 1502, desenhado por um cartógrafo português, em Lisboa, para uso de um príncipe italiano [Hercule D'Este, duque de Ferrara], é surpreendentemente exato no que diz respeito aos descobrimentos portugueses na África, Ásia e na Terra Nova (SOUZA, 1958, p. 269).

O Infante D. Henrique consentia visitas de estrangeiros às novas terras, e admitia e até convidava a seu serviço navegadores italianos, oferecendo-lhes pilotos e navios: “Luís de



Cadamosto, Antònioto Usodimare e o trio de Bartolomeu, António e Rafael de Nole ficaram conhecendo a Guiné e ao mesmo tempo roteiros, cartas de marear e outras técnicas náuticas dos portugueses” (LEITE, 1958, p. 418).

Nesse sentido, tudo parecia se passar às claras. Aliás, as bulas do papa Alexandre VI, papa que defendia os interesses de Castela, poucas coisas reservaram no Atlântico às futuras descobertas dos portugueses. D. João II protestou imediatamente tal divulgação e o resultado foi o já mencionado tratado hispano-português de Tordesillas (1494). Portanto, no ato da assinatura desse tratado, “tanto a Espanha como Portugal o fizeram sem segredos ou ocultações, com o intuito de reservar hemisférios a futuras descobertas” (SOUZA, 1958, p. 270).

Longe de validar qualquer tipo de segredo econômico e geográfico, para Duarte Leite, “é inteiramente inexacto que D. Henrique em qualquer tempo encobrisse lances da sua empresa marítima, antes ou depois de seu monopólio da navegação e do comércio da Guiné, ou os seus objectivos próximos ou remotos” (LEITE, 1958, p. 418). Aliás, para ele não há indício de que o Infante fosse dotado de vastíssimos conhecimentos literários e científicos: “dizem-no notável matemático, astrónomo proficiente, sobretudo geógrafo eminente. Convertem- assim num estudioso, vergado sobre manuscritos em latim, quem foi essencialmente de movimento e acção, atarefado com negócios de estado, com a regência da ordem de Cristo, com a administração das suas extensas terras no país e nas ilhas adjacentes [...]” (LEITE, 1958, p. 419-420).

O Infante não sofreu o influxo de Mandeville ou de Pedro Alíaco, porque pode ser que desconhecia seus escritos, visto que Zurara, “no seu panegírico posto mortem encomendado pelo rei, não faz a menor alusão ao seu cabedal livresco, nem ao seu amor a estudos, conquanto exalce quantos merecimentos nele pôde imaginar” (LEITE, 1958, p. 421). É em função desse não confirmado perfil intelectual, que Jaime Cortesão, baseado em supostas mutilações e referências da *Crónica da Guiné*, pôde afirmar que o Infante promoveu e realizou, antes de D. João II, uma série de viagens por terra ao reino do Preste João e às Índias, coroadas de amplos resultados, as quais foram suprimidas da Crónica:

Zurara, no capítulo XVII da sua Crónica, enuncia as cinco razões que moveram o infante D. Henrique à sua empresa; a primeira, a do interesse científico, a curiosidade de saber; a segunda, a do interesse comercial; a terceira, o desejo de conhecer melhor o poderio dos mouros; a quarta, buscar nas terras inexploradas algum príncipe cristão que o pudesse auxiliar na guerra contra os sarracenos; a quinta, finalmente, acrescentar a fé de Cristo e trazer ao grêmio da Igreja as almas dos pagãos ou dos infiéis (CORTESÃO, 1966, p. 89-90).



Quanto às mutilações que tal crônica teria sofrido, Álvaro Pimpão, na sua já mencionada *A Historiografia Oficial e o Sigilo sobre os Descobrimentos* (1938), afirmara ser “difícil aceitar que Zurara tenha suprimido aquilo que não tinha que figurar nos feitos da Guiné, por estar completamente fora do seu plano” (PIMPÃO, 1938, p. 25). Pimpão nos alerta para o fato de que a obra de Zurara é “um livro das cavalarias da Guiné, onde, portanto, as circunstâncias respeitantes ao descobrimento de arquipélagos são meramente acidentais e vêm confundidas com as viagens de intuito comercial, não devendo ser taxado por omissão o cronista que deixou de referi-las” (PIMPÃO, 1938, p. 23).

Nesse sentido, as crônicas são obras mais episódicas, menos sistemáticas, menos críticas e menos completas, logo Zurara “não teve por objectivo ordenar uma história dos descobrimentos do tempo do Infante (insisto nesta nota, que é de primeira evidência, e muito importante) [...]” (PIMPÃO, 1938, p. 24). O mesmo pode ser considerado sobre as crônicas de Rui de Pina, que também são omissas no que diz respeito aos descobrimentos. Porém, como suas crônicas foram terminadas depois de atingida as principais metas ultramarinas do Atlântico, não haveria justificção alguma para omissões e censuras.

As Imanências do Sigilo na História dos Descobrimentos: A Confidente Tradição Imaginária dos Relatos de Viagem

Apesar de todas essas ressalvas contra a teoria do sigilo, António Banha de Andrade revela que “no fundo, porém, ela é verdadeira” (ANDRADE, 1972, p. 109). E essa reconsideração, mostraremos a partir daqui, tem origem no fato de que os registros escritos têm por natureza um sigilo que os constitui, sigilo esse sugerido pelas técnicas figurativas e redescritivas que estão em jogo no campo discursivo desde nossa tradição retórica, técnicas que se cruzam com o problema do significado na linguagem, inclusive na história, apontando com isso a capacidade polissêmica dos discursos.

Para realizarmos a apreensão desse sigilo a partir dos registros textuais, voltemo-nos novamente ao tema dos descobrimentos, só que dessa vez com o amparo de um outro tipo de fonte que pode nos tornar mais clara essa relação: os relatos de viagem e os imaginários neles subentendidos. Começemos pelo fato de que era improvável que os navegadores fossem insensíveis às sugestões lendárias dos livros de viagens como o de João de Mandeville e o *Tractatus de ymagine mundi* do cardeal Pierre D’Ailly, autores que alimentavam o saber lendário



de novas terras, povos, monstros e rotas.

Atentemo-nos brevemente à Relação de Álvaro Velho, relator da primeira viagem de Vasco da Gama às Índias orientais, em que há, por exemplo, momentos pontuais em que o narrador afirma ver “xhristãos”. Essa afirmação aparece algumas vezes ao longo do relato, surgindo pela primeira vez no momento em que desembarca Vasco da Gama com sua embaixada na atual cidade indiana de Kozhikode, antiga Calecute. Nesse local, o narrador começa a adquirir provas sucessivas de que aquela terra pertencia aos cristãos, pensando estar a ver igrejas, imagens de santos e outras entidades do cristianismo:

E em meo do corpo da Igreja esta huu coruchoe todo de quanto, e tinha hua porta quanto huu home cabia, e hua escada de pedra prque sobiam há esta porta, e dentro estava huua ymagem pequena a quall elles diziam que era nosa Senhora, [...]. E outros mujtos santos estavam pintados pellas parredes da Igreja os quaes tinham diademmoas, e a sua pintura hera em diversa maneira porque os dentes eram tam grandes que sayam da boca hua polegada, e cada santo tinha quatro e çinquo braços, e abaixo desta Igreja estava hu gram tanque lavrado de quantaria asy como outros mujtos que pello camjnho tínhamos visto (VELHO, 1838, p. 176).

O choque cultural não acontece casualmente, ele é produzido e reconstruído constantemente. Exemplo disso é Álvaro Velho que, como visto nessa citação, julgando estarem os portugueses rodeados de cristãos convertidos por São Tomé, tem a ilusão de, ao entrar num templo hindu, se encontrar numa igreja cristã. Sabemos que os portugueses daquela época ainda não conheciam os hindus, acabando por confundi-los com cristãos⁹.

Com a constituição cruzada desse espaço descritivo, há expectativas de rastrear outras estranhezas que foram apropriadas pelas marcas subscritas nos relatos pertencentes à instituição político-religiosa dos portugueses da época. Isso pode ser observado pela crença exposta de Álvaro Velho nas lendas cristãs ultraterrestres. Tais lendas divulgavam a existência de antigos reinos cristãos em terras desconhecidas e distantes, como o reino do Preste João, que alimentavam a esperança daqueles que ambicionavam conquistar terras de além-mar.

É através desses breves rastros narrativos que vamos percebendo, ao longo de sua leitura, a amplitude cultural que está por trás dos fatos técnicos e espaciais que predominam na escrita desse e outros relatos, fazendo da teoria do sigilo “uma teoria das fontes [...]. Os documentos, todos, correspondem a um estado de espírito individual e social, a um sistema de ideias políticas

⁹ É frequente a referência das fontes às cristandades orientais na figura do apóstolo São Tomé que estaria na origem da conversão dessas comunidades: “Segundo a tradição lendária, baseada no apógrafo do século III Actos de Tomé, a Índia ter-lhe-ia sido atribuída” (FONSECA, 1998, p. 253).



ou religiosas ou, por outras palavras, a outras tantas causas que podem levar a deformar os fatos, quando não, quando não a escondê-los” (MAGALHÃES, 1985, p. 45).

Entre esses e outros elementos, interessa-nos aqui a base historiográfica e cultural do sigilo, não a sua base cartográfica e econômica, tal como foi traçada por Jaime Cortesão, caminho que lançou sobre os cronistas um questionamento confuso, “além de colocar a crítica das fontes num plano em que é impossível descobrir chão firme” (PIMPÃO, 1938, p. 6). Contudo, readequando sua linha analítica para uma perspectiva mais cultural, ficará evidente a existência de certo silêncio semântico inerente a qualquer tipo de registro, e não somente dos relatos de viagem.

Como visto, a censura e o assunto confidencial já eram, nos séculos XV e XVI, um lugar-comum, uma prática corrente da qual participavam todos os estados concorrentes da balança comercial ultramarina. Mas, claro está também que não podemos furtar-nos à impressão de superficialidade ou de extrema pobreza das fontes sobre as primeiras empresas ultramarinas. Cortesão ficou longe dar esse debate por acabado, pois aborda a questão apenas numa perspectiva específica da história. Sua política de sigilo se baseia apenas na análise dos dados “geográficos e econômicos, ou seja, na suposta descoberta de novos países de produtos ricos ou das estradas marítimas que aí levavam [...]” (CORTESÃO, 1960, p. 6).

A formulação de Cortesão tinha como base um raciocínio apressado e infundado: quando não havia informações geoeconômicas encontrava-se a prova do sigilo. Mas, não encontrar fatos cartográficos e econômicos valiosos para a época “não nos dá o direito de supor que foram obrigados a omiti-los” (PIMPÃO, 1938, p. 28). Logo, “todas as realizações imputáveis ao abrigo dessa teoria careciam de verificação porque, por natureza, não havia” (DOMINGUES, 1990, p. 110). É como se Cortesão partisse do princípio de que a falta de documentação provava por si só a realização de viagens secretas de descobrimento e o rapto de grande parte da documentação informativa dessas viagens.

Vimos que a par desse questionamento que torna insegura a teoria do sigilo, deparamo-nos com uma série de argumentos contra sua proposta. Primeiramente, embora possa ter havido sigilo de informações cartográficas e econômicas, não é menos provável que a manifestação desse silêncio deve-se também a outros motivos como o interesse diferenciado dos navegadores e cronistas, bem como a perda acidental de parte dessa documentação: “se, por um lado muitas



dessas obras devem ter desaparecido para sempre, por outro, algumas poderão ainda estar sepultadas no pó dos caóticos arquivos portugueses e estrangeiros” (CARVALHO, 1980, p. 19).

Com tais causas possíveis em jogo, começamos a observar que Jaime Cortesão procurou resolver tal lacuna imediatamente, julgando que nada mais restava a dizer sobre o sigilo nos descobrimentos. Contudo, não pretendemos aqui obedecer ao ponto final de seu argumento. Estenderemo-nos tal questão nessa parte conclusiva do presente trabalho, pois interessa-nos, por outro lado, a base narrativa e historiográfica do sigilo e não a sua base cartográfica e econômica, tal como foi enunciada nos trabalhos do estudioso português. Na perspectiva aqui proposta, o sigilo é repensado segundo parâmetros mais abrangentes, compromissado em investigar o silêncio em suas nuances cognitivas e culturais, a exemplo do que foi mostrado brevemente no relato de Álvaro Velho.

O silêncio, enquanto objeto de reflexão da esfera comunicativa, transita entre o dito e o não-dito nos fazendo a todo o momento correr o risco de não caminhar coerentemente entre as marcas contextuais e narrativas. Para nos distanciarmos desse risco, é preciso observar tais marcas documentais atentamente por meio de métodos discursivos e historiográficos, ponderando seus efeitos retóricos e sociais. Quando se trata de identificar censuras, nós não as identificamos através de signos ou narrativas intactas, mas, sobretudo, através de pistas, rastros, traços, fissuras, rupturas e falhas, sinais registrados na documentação e que acabam por revelar-se férteis de significado.

Nessa difícil transposição, concluímos que sentir, imaginar e inferir são verbos que acabam fazendo parte de muitas metodologias da história que visam explorar o silêncio no plano semântico da documentação. Observamos que assim ocorre em historiografias que têm atentado mais enfaticamente para o estudo dos padrões mentais, dos modos de sentir e dos imaginários coletivos dos vários períodos históricos, interesses levados à cabo por correntes como a Psico-História, a História das Mentalidades e a História dos Imaginários das décadas de 1950, 1960 e 1970, respectivamente¹⁰.

Ressaltemos que o silêncio e os imaginários, que são explorados por tais correntes historiográficas, apresentam múltiplas maneiras de significar o passado e “são objetos de

¹⁰ Essas correntes historiográficas abrigam os estudos realizados por Robert Mandrou (1959), Michel Vovelle (1987), Jacques Le Goff (1994), Georges Duby (1982), Jean Delumeau (2009), Claude Kappler (1993), entre outros.



reflexão de teorias distintas: de filósofos, de psicanalistas, de semiólogos, de etnólogos e até mesmo de linguistas, que se interessam pelo silêncio sob a etiqueta da elipse e do implícito” (ORLANDI, 2007, p. 42). No entanto, resulta nesses campos do saber uma dificuldade geral: deixar de tomar o silêncio apenas como ausência, retiro ou mero vazio.

Não será suficiente aqui pensar no ato de silenciar como fazia Harpias, deusa da mitologia grega, que levando o dedo indicador à boca fazia calar a todos. Não é o emprego desse olhar que pretendemos aqui, e sim uma reflexão que parta da necessidade de considerar o silêncio, antes de tudo, como um objeto cognitivo que torna possível o próprio ato de significar e de dizer, ou seja, um silêncio reconhecido não pela ausência, mas pela sua presença semântica efetiva nos modos de expressão.

Dessa forma, os mecanismos de silêncio não serão sempre intencionais e nem se restringirão a um tipo específico de arte ou de linguagem. Estão onde está não só a linguagem, mas também onde está a significação, onde estão os sujeitos e os sentidos. Nessa dimensão semântica do silêncio, os documentos comportam muito mais significados do que a matéria sigilosa da qual Cortesão se referia em seus trabalhos.

Desse reposicionamento conceitual, toda uma nova literatura surge representada por novos investigadores que, diferentemente dos seus predecessores, sugerem alternativas legítimas para narrar e descrever os episódios ultramarinos permeado pelos elementos subjetivos agregados à documentação, como os desejos, as angústias e os imaginários históricos. Por isso, devemos pensar nessa e nas outras possibilidades de constituição do silêncio, pois só assim poderemos vislumbrar outros laços de significação histórica que se pode realizar investigativamente no espaço narrativo da documentação.

Nosso propósito com tal conclusão, portanto, é defender a existência de todo um campo fértil da história dos descobrimentos para ser observado a partir desse reposicionamento teórico, sugerindo uma nova perspectiva cultural do sigilo. Assim, o sigilo ganha força por nos revelar a tensão entre o caráter referencial e o caráter semântico dos documentos relativos aos descobrimentos, nos proporcionando uma interpretação mais crítica de seus episódios históricos.

Essa abordagem conceitual apresentada até aqui, possibilita aberturas para a atuação do sigilo enquanto um conceito operador de sentidos, não se reduzindo à omissão das viagens físicas, pois, a viagem, a escritura e leitura de um relato são ações que nos fazem adentrar no



espaço das apropriações dos sigilos, dos sentidos e, no geral, das representações. Assim, temos que reconhecer que, com Jaime Cortesão, os navegadores e conquistadores passaram a ser considerados como seres de carne e osso, com o seu apetrechamento mental e formas de sentir, mas não o suficiente para abraçar essas sensibilidades com propriedade num plano semântico bem delineado a partir dos registros explorados.

Por fim, trata-se de tímidos avanços, visto que o contexto intelectual de Jaime Cortesão ainda vivia grande influência das leituras épicas acerca dos episódios ultramarinos. Logo, constatamos que, apesar de emigrado de Portugal por pressão do salazarismo, Jaime Cortesão contribuiu bastante para firmar certa heroicização do passado ultramarino português, dando vigor ao discurso salazarista que omitia os problemas sociais e promovia descontroladamente a memória comemorativa da nação. Nem por isso condenaremos todo seu esforço intelectual, em prol de reconhecermos as potencialidades de suas ideias para os problemas investigativos de hoje.

Referências

- ANDRADE, António Alberto Banha de. **Mundos novos do mundo**. Lisboa: Junta Investigativa do Ultramar, 1972.
- BENSAÚDE, Joaquim. **A cruzada do Infante D. Henrique**. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1942.
- BRAUDEL, F. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II**. S/trad. São Paulo: Martins Fontes, 1983, v. 1.
- BRAUDEL, Ferdinand. **História e Ciências Sociais**. 5ª edição. Tradução de Rui Nazaré. Lisboa: Editorial Presença, 1976.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de. **O renascimento português: em busca de sua especificidade**. Lisboa: INCM, 1980.
- CORTESÃO, Jaime. **Os descobrimentos pré-colombinos dos portugueses**. Lisboa: Portugalia Lisboa, 1966.
- CORTESÃO, Jaime. **O humanismo universalista dos portugueses: a síntese histórica e literária**. Lisboa: Portugália Editora, 1965.
- CORTESÃO, Jaime. **Introdução à história das bandeiras**. Lisboa: Portugália, 1964, v. 1.
- CORTESÃO, Jaime. **A política de sigilo nos descobrimentos**. Lisboa: Comemoração Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.
- CORTESÃO, Jaime. **Teoria geral dos descobrimentos portugueses**. Lisboa: Seara Nova, 1940.
- DOMINGUES, Francisco Contente. Colombo e a política de sigilo na historiografia portuguesa. In: **Revista Mare Liberum**, Lisboa, vol 1, pp. 105-116, 1990.
- FONSECA, Luís Adão da. **Vasco da Gama. O homem, a viagem, a época**. Lisboa: Vega, 1998.
- GRAÇA, Ana Catarina da Silva. **Inventário e catalogação do espólio de e sobre Jaime Cortesão existente no Gabinete de Estudos Olisiponenses**. Relatório de Estágio/Monografia apresentado para a obtenção do Grau de Licenciatura em História, conferido pela Universidade



Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2012.

LEITE, Duarte. **História dos descobrimentos**. Lisboa: Edições Cosmos, 1958.

LEITE, Duarte. **Coisas de varia história**. Lisboa: Seara Nova, 1941.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. No Trilho de Uma Ambição: o poeta-historiador Jaime Cortesão (1910-1927). In: GODINHO, Vitorino Magalhães (org.). Cidadania e História: em homenagem a Jaime Cortesão. In: **Cadernos da Revista de História Económica e Social**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1985, nº. 6-7, pp. 27-48.

MARQUES, Alfredo Pinheiro. A historiografia dos descobrimentos e expansão ultramarina portuguesa. In: **Revista de História das Ideias**, Coimbra, n. 14, pp. 439-458, 1992.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. A «Ilha Brasil» de Jaime Cortesão: ideias geográficas e expressão cartográfica de um conceito geopolítico. In: **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. Barcelona, v. XXII, n. 1, pp. 1-31, 2017.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. História da cartografia brasileira e mapoteconomia segundo Jaime Cortesão: o curso do Itamaraty de 1944. In: **3º Simposio Iberoamericano de Historia da Cartografia - Agendas para Historia da Cartografia Iberoamericana**. Sao Paulo, abril de 2010, pp. 1-29.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas: UNICAMP, 2007.

PEIXOTO, Renato Amado. O modelo e o retrato: Jaime Cortesão, a 'História da Formação Territorial do Brasil' e sua articulação com a 'História da Cartografia brasileira'. In: **Hist. Historiogr.**, Ouro Preto, n. 19, 2015, pp. 46-65.

PERUZZO, Eduardo. História, geografia e a formação do Brasil: Capítulos de história moderna na síntese colonial de Jaime Cortesão. In: **V EJIHM Coimbra - V Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna**. Coimbra, 2017, pp. 1-20.

PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa. A historiografia oficial e o sigilo dos descobrimentos. In: **1ª Secção do I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo**. Lisboa, 1938, pp. 6-34.

RIBEIRO, David W. A. **Cartografia das relações**: as condições da produção intelectual e os percursos da escrita histórica de Jaime Cortesão no Brasil (1940-1957). 2015. 260 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Charles Boxer (contra Gilberto Freyre): raça e racismo no Império Português ou a erudição histórica contra o regime salazarista. In: **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, pp. 253-273, 2013.

SOUZA, T. O. Marcondes de. A política do sigilo nos monarcas portugueses da época dos descobrimentos marítimos. In: **Revista de História**, v. XVI, n. 34, pp. 257-273, 1958.

VELHO, Álvaro. **Roteiro da viagem que em descobrimento da Índia pelo Cabo da Boa Esperança fez Dom Vasco da Gama em 1497**. Diogo Kopke; Dr. Antonio da Costa Paiva (eds.). Porto: Typographia Commercial Portuense, 1838.